

Pequeno manifesto em tempos de pandemia

Tradução do francês para o português: Cyril Regnaud

Revisão: Rômulo Ballestê, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/C-PAN

Como *Collectif Malgré Tout* (*Coletivo Apesar de Tudo*), propomos neste «Pequeno manifesto» quatro pistas de reflexão e hipóteses práticas a compartilhar, para aquelas e aqueles que seriam interessado(a)s. Esperamos que seja uma contribuição útil para pensar e agir na obscuridade da complexidade.

1. O retorno dos corpos

Nos últimos quarenta anos, testemunhamos o triunfo e a dominação incontestada do sistema neoliberal em tudo que é lugar no planeta. Entre as diferentes tendências que atravessam esse tipo de sistema, uma em particular parece constituir a *forma mentis* da época: aquela que consiste em considerar os corpos como um simples ruído de fundo que perturba a narrativa do poder. Pois os corpos reais, sempre «pesados» demais e opacos demais, desejantes e viventes, escapam às lógicas lineares da previsibilidade. Desde sempre, o objetivo perseguido pelas políticas e práticas próprias ao neoliberalismo visa desterritorializar esses corpos, virtualizá-los, os transforma em matéria prima manipulável, um «capital humano» a ser utilizado à vontade nos circuitos do mercado. Exige-se deles que sejam disciplinados, deslocáveis sem critérios, flexíveis, dispostos a adaptar-se (*leitmotiv* de nossa época) às necessidades determinadas pela estrutura macroeconômica. Nessa abstração extrema, os corpos sem documentos, os corpos dos desempregados, os corpos daqueles «que não são como deveriam», os corpos dos afogados no mar mediterrâneo, ou aqueles dos Centros de Retenção (destinados a refugiados e imigrantes), ou seja, os corpos supranumerários se tornam simples números, de valor nulo, sem nenhuma corporeidade e, portanto, no fundo, sem humanidade.

No mundo tecno-científico, essa tendência se expressa na forma de um "tudo é possível", que não reconhece nenhum limite biológico ou cultural ao desejo patológico de desregulação orgânica. É doravante questão do aumento dos mecanismos do vivente, da possibilidade de viver mil anos ou até de se tornar imortal! Não é nada menos que o desejo de produzir uma vida pós-orgânica na qual possamos superar as restrições dos corpos, por natureza imperfeitas e frágeis demais. A aceleração catastrófica do Antropoceno nos últimos trinta anos testemunha os efeitos funestos desse "tudo é possível" tecnicista, que não apenas ignora, mas esmaga as singularidades profundas dos processos orgânicos.

É neste mundo convencido que ele poderia se livrar dos limites próprios ao vivente que a pandemia surgiu. De maneira catastrófica e sob o efeito da ameaça, tomamos subitamente consciência de que os corpos estão de volta. Eles se tornaram, da noite para o dia, os principais assuntos da situação e das políticas implementadas. Os corpos são lembrados a nós. E esse retorno parece abrir metaforicamente uma nova janela a partir da qual podemos entrever várias possibilidades de ação. Antes de tudo, precisamos constatar que o poder pode, quando quiser, implantar as políticas necessárias à proteção e à salvaguarda do vivente. O rei está nu! No estupor, os líderes das finanças mundiais entenderam que a economia, seu monstro sagrado, não poderia finalmente ficar sem escravos vivos para funcionar. Depois de ter

tentado nos convencer de que a única "realidade" séria neste mundo fora determinada por exigências econômicas, os governantes de (quase) todo o planeta demonstram que é possível agir de outra maneira, ainda que inverta a economia mundial. É uma espécie de confissão por parte daqueles que sustentaram categoricamente que todas as políticas (sociais, ambientais, de saúde ...) devem necessariamente compôr com o "realismo econômico" criado como um Deus autoritário a quem não se pode desobedecer.

No entanto, é preciso tomar cuidado para não deixar uma ficção substituir outra. Àquela do neoliberalismo, que mantinha a ilusão de uma sociedade composta por indivíduos serializados e autônomos, substitui-se, nessas últimas semanas, por outra narrativa imaginária, a qual pretende que todos nós estejamos embarcados "no mesmo barco". Longe de nós criticarmos esse convite à solidariedade. Entretanto, seria um erro acreditar que o caráter coletivo da ameaça apagaria magicamente as disparidades entre os corpos.

Classe social, gênero, dominação econômica, violência militar ou opressão patriarcal constituem outras tantas realidades que situam nosso corpo de maneira diferente. Portanto, não nos deixemos ser embalados por esse romantismo de confinamento que visa, ao som da corneta, nos fazer esquecer essas diferenças.

2. A emergência de uma imagem partilhada

Todos vivemos à sombra de uma ameaça maior e generalizada: a desregulação ecológica global, cujos efeitos são cada vez mais massivos (aquecimento global, colapso da biodiversidade, poluição do ar e dos oceanos, esgotamento dos recursos naturais...) já afeta o conjunto do vivente e das sociedades humanas. Hoje, é certo que uma maioria é afetada e percebe (no sentido neurofisiológico) essa realidade. Só que, para a maioria de nós, tudo acontece como se a catástrofe, anunciada não para amanhã, mas para hoje, não fosse identificada como concreta e imediata. A percepção é bem real. Mas permanece em um nível difuso e não vivenciado diretamente. Estamos, por assim dizer, imersos na ameaça. Ela constitui nossa atmosfera. E, no entanto, não conseguimos, a partir dela, produzir um conhecimento pelas causas, o único capaz de formar uma imagem concreta do perigo que desencadeia a ação.

Diariamente, recebemos notícias do desastre, mas as informações, longe de provocar o ato, levam à impotência e ao padecimento. Quem, portanto, realmente age nesse contexto? Em nossa opinião, são os que participam da busca de causas: vítimas, cientistas, delatores (de práticas ilegais e/ou deletérias) ... Em outras palavras, aqueles engajados em um agir capaz de trazer uma representação clara do objeto.

Diante de ameaças conscientes, mas vivenciadas como abstrações, permanecemos paralisados pela angústia. Ao contrário, na presença de uma causa identificada, é bem o medo que ressentimos. E o medo, contrariamente à angústia sem objeto, leva a agir.

Para entender melhor esse ponto, é útil voltar à distinção proposta pelo filósofo alemão Leibniz, e retomada em neurofisiologia, entre *percepção* e *apercepção*. O ser humano, como todo o conjunto de organismos vivos, existe em constante interação material com seu meio ambiente. A percepção se inscreve neste primeiro nível, constituído do conjunto dos acoplamentos perceptivos que o organismo estabelece com seu ambiente físico-químico e energético. Para ilustrar esse dispositivo, Leibniz dá o exemplo de como apreendemos o som

de uma onda. Ele explica que temos uma percepção infinitesimal dos milhões de gotas de água que afetam o nervo auditivo sem que possamos aperceber o som de cada gota de água. É apenas em um segundo nível, na dimensão dos corpos organizados, que podemos construir a imagem sonora de uma onda. Isso significa que apenas uma pequena parte do que percebemos do alicerce material se torna uma apercepção para depois participar dos fenômenos da consciência.

A questão central é, portanto, entender quando e por que surge uma apercepção. Essa é primeiramente determinada pelo organismo que apercebe: um mamífero e um inseto obviamente não produzirão a mesma imagem aperceptiva de uma onda. No caso dos animais sociais e, em particular, dos seres humanos, a apercepção também é condicionada pela cultura e pelos instrumentos técnicos com os quais eles interagem. O ultrassom é um bom exemplo de como esses arranjos funcionam. Ao contrário de alguns mamíferos, os humanos não apercebem essas frequências sonoras sem articular seu sistema perceptivo com máquinas que permitem que uma nova dimensão aperceptiva surja.

Além disso, se o nível aperceptivo participa da singularidade que designa a unidade orgânica, ele não pode, porém, ser considerado como próprio de um indivíduo ou resultado de uma subjetividade individual. Uma singularidade pode ser composta por um grupo de indivíduos, além do mais de natureza muito diversa (animal, vegetal ou mesmo um ecossistema) que participa da produção de uma superfície aperceptiva comum. Longe de ser um tipo de superorganismo que existiria em si, essa dimensão existe de maneira distributiva dentro dos corpos que são capturados por ela. É assim que cada corpo, individualmente, é afetado. Os corpos participam da criação dessa dimensão aperceptiva comum, que por sua vez influencia e estrutura os corpos. No dia-a-dia, essa dimensão se manifesta sob a forma do que estamos acostumados a chamar de senso comum, que age socialmente como uma verdadeira instância de significado (sentido) compartilhado.

Estamos assistindo hoje a um evento histórico e inédito: pela primeira vez, toda a humanidade produz uma imagem da ameaça. Esta imagem não se reduz a um conhecimento científico dos fatos que levaram ao aparecimento e à propagação do vírus. O que está profundamente em jogo é o surgimento de uma experiência compartilhada da fragilidade dos sistemas ecológicos, até então negada e esmagada pelos interesses macroeconômicos do neoliberalismo.

A peculiaridade dessa apercepção comum reside no contexto de sua emergência. Paradoxalmente, não é o perigo intrínseco da pandemia que provoca o seu advento, mas o mecanismo disciplinar que a acompanha. É esse dispositivo, e não a ameaça em si, que nos coloca em uma nova situação. Obviamente, não podemos entendê-la avaliando-a apenas pelo ângulo de sua dimensão sanitária. É esse perigo que leva alguns a embarcar em aleatórias e arriscadas contabilidades macabras para contestar o caráter inédito da crise, comparando-a a outros flagelos. Diante dessa nova situação, vemos assim emergir duas interpretações opostas. Por um lado, aquelas e aqueles que afirmam que se trata de um fato muito grave para o qual uma solução deve ser encontrada na forma de uma vacina ou um medicamento. Nesse entendimento da crise, obviamente não há lugar para questionar o paradigma dominante de pensamento e atuação. Por outro lado, outra interpretação, com a qual desejamos contribuir, consiste em ver nessa ruptura um evento real que desafia de maneira irreversível a ideologia produtivista até aqui hegemônica. O coronavírus é para nós o nome desse ponto crítico que também marca, pelo menos esperamos, um ponto sem retorno a

partir do qual nossa relação com o mundo e com o lugar dos humanos nos ecossistemas devem ser profundamente questionados.

3. Uma experiência do comum

Se fizermos o esforço, apesar do horror da situação, de não renunciar ao pensamento, é possível aperceber a única coisa que essa crise nos permite experimentar positivamente: a realidade dos vínculos que nos constituem. Novamente, porém, devemos nos proteger contra qualquer visão ingênua. Não somos iguais diante de nossa interioridade. E quando o frenesim da vida cotidiana não permite mais auto-esquivar-se, alguns de nós realizam que mantêm vínculos muito ruins com eles mesmos e, também, com aqueles que os rodeiam. À porta fechada, o verdadeiro inferno é muitas vezes si mesmo. Um ódio de si que sempre acaba se transformando em inferno para os outros.

Em nossas vidas confinadas, tomamos consciência do fato de que somos seres territorializados, incapazes de viver exclusivamente de maneira virtual, deixando de lado todo elemento de corporeidade. Hoje, milhões de pessoas experimentam em seus corpos que a vida não é algo estritamente pessoal.

As virtudes tão louvadas do mundo da comunicação e seus instrumentos estão se mostrando totalmente impotentes para nos tirar do isolamento. Na melhor das hipóteses, elas conseguem manter a ilusão de unir os separados *enquanto separados*.

No meio da crise, adquirimos pelo menos uma certeza: ninguém pode se salvar sozinho. Quer gostemos ou não, nossos contemporâneos estão experimentando a fragilidade dos vínculos que nos obrigam, enfim, a ir além da ilusão do indivíduo autônomo e serializado. Entendemos que não se trata de ser forte ou fraco, "*winners*" ou "*losers*", mas que todos nós existimos através dessa fragilidade que nos permite experimentar nosso pertencimento ao comum. A vida individual e a vida social finalmente nos aparecem como dois lados da mesma moeda. Obrigados ao isolamento, descobrimos que estamos atravessados por múltiplos vínculos que de forma alguma correspondem ao projeto Thatcheriano, segundo o qual "não há sociedade", mas apenas indivíduos.

É o desejo do comum (desejo da vida), e não a ameaça, que nos permite agir nessa situação. Nesse movimento de balanço, nossas referências usuais se invertem: não se trata mais apenas de mim e de minha vida individual. O que importa agora é aquilo no qual a vida está inserida, esse tecido através do qual ela adquire significado.

Nesse momento em que os vínculos são reduzidos à pura virtualidade comunicacional, parece-nos fundamental pensar nos limites dessa abstração. Pensar no que não pode ser experimentado pelo Skype ou por qualquer rede social. Em resumo, pensar em tudo que, no fundo, constitui a singularidade própria a nossos corpos e suas experiências.

4. Contra o biopoder

A janela não se abriu apenas sobre novos possíveis positivos. A experiência que estamos vivendo oferece ao biopoder um campo sem precedentes de experimentação: controle de populações, fazendo-as andar na linha, na escala de países e continentes inteiros. É sempre surpreendente (e até perturbador) observar a rapidez com que os indivíduos se

deixam disciplinar quando a bandeira da sobrevivência é acenada. Reconheçamos também que há algo tragicômico em constatar que a geolocalização de indivíduos pressupõe que eles não abriguem a terrível e perversa ideia de simplesmente deixar seus smartphones na mesa de cabeceira. A servidão voluntária atinge o máximo quando a tornozeleira eletrônica do prisioneiro se torna um telefone adquirido por alto preço. Essa experiência inédita de controle social poderia então servir de ensaio geral. É fácil imaginar que, no futuro, não será difícil invocar o surgimento de novas ameaças para justificar essas práticas de vigilância.

Nesse contexto, a questão de saber se estamos ou não em guerra contra o vírus não se resume a um debate retórico. Primeiro, porque tem implicações jurídicas concretas. Segundo, porque nos dá uma indicação de como essa crise pode dar luz a práticas autoritárias duradouras. Nós não estamos em guerra. Essa visão viril e conquistadora faz, na verdade, parte ela mesma do problema. Estamos sofrendo das consequências de um regime econômico e social aberrante e mortífero. Vamos desconfiar desses discursos marciais e dos tambores que sempre precedem o sacrifício do povo. Nosso objetivo não é vencer uma batalha, mas assumir a fragilidade do mundo, mudando radicalmente a maneira como habitamos nele.

Caso contrário, quando a pandemia terminar, o governo não hesitará, com seus sotaques de marechal vitorioso, em alistar a população na causa da pátria econômica. Seremos então informados de que não é mais tempo de pensar ou protestar por mudanças sociais estruturais (melhorias, por exemplo, dos sistemas de sanitários). Qualquer demanda por justiça social passará, portanto, a trair a pátria, porque chegará o momento de dedicar-se à tarefa sagrada: reerguer a economia e o crescimento.

A história oficial nos contará primeiro que vivemos, enfrentamos e vencemos um infeliz e imprevisível acidente. Ela então nos explicará que é necessário redobrar nossos esforços para superar a resistência da natureza à onipotência humana. Ora, o que chamarão de acidente, de maneira irresponsável, era realmente tão imprevisível que biólogos e epidemiologistas o haviam antecipado há vinte e cinco anos. Entre os múltiplos vetores na origem de doenças emergentes e reemergentes, sabemos que a destruição dos mecanismos de regulação metabólica dos ecossistemas, ligados notadamente ao desmatamento, desempenha um papel preponderante. Além disso, a urbanização selvagem e a pressão constante das atividades humanas em ambientes naturais favorecem situações de promiscuidade sem precedentes entre as espécies.

Qualquer que seja a reação dos governos, uma coisa é certa: uma nova dimensão aperceptiva, ou seja, uma nova imagem, do desastre ecológico emergiu e é incorporada ao senso comum. O dispositivo segundo o qual o humano era o sujeito que devia se estabelecer como mestre e possuidor da natureza aparece para nós sob seu verdadeiro rosto de pesadelo.

5. Pensar e agir na situação presente

Como escreveu Proust, "os fatos nunca penetram o mundo onde vivem nossas crenças". Não há fatos "neutros" que expressem significado em si. Todo fato existe apenas em um conjunto interpretativo que lhe dá seu significado e validade.

A ciência trata dos fatos e, ao mesmo tempo, constrói sua própria narrativa interpretativa. Ao contrário do que pretende o cientismo, a atividade científica não consiste

em produzir simples agregados de fatos nus. A narrativa pela qual a ciência ordena os fatos emerge de uma interação com outras dimensões que são, entre outras, arte, lutas sociais, imaginário afetivo e experiência vivida em geral. Tantas dimensões que participam da produção do senso comum.

Diante da complexidade do mundo, a tentação reacionária nos convida a delegar nossa potência de agir em direção aos tecnocratas quando não diretamente em direção às máquinas algorítmicas. Nesta visão oligárquica, os cientistas sabem, os políticos seguem e o bom povo obedece. Ora, existe uma relação conflituosa muito mais profunda entre o pensamento crítico e o senso comum que não podemos opor. O papel do pensamento estruturado certamente não é ordenar e disciplinar o senso comum, mas acrescentar dimensões de significado que podem se tornar majoritárias e hegemônicas. Por isso, qualquer projeto emancipatório, longe de representar o desvelamento de uma cena oculta de verdade, é sempre uma criação livre de uma nova subjetividade.

A fantasia que consiste em projetar-se na grande festa que se seguirá ao dia da libertação implica, em sua ingenuidade compreensível, o esquecimento dos processos que nos levaram à situação atual. E, no entanto, esses processos não se retirarão quando chegar a hora, tal um exército derrotado. Esses elementos continuarão a castigar de diversas formas. É necessário que esta crise não termine em aplausos aliviados de uma guerra vencida. Esse evento histórico abre as portas para uma apercepção comum dos vínculos de fragilidade que constituem nosso mundo.

Não sabemos o que está por vir e não temos pretensão de prever isso. No entanto, sabemos que forças reacionárias ao redor do mundo estarão prontas para tirar proveito da sideração na qual ainda estaremos mergulhados. Assim, no coração dessa situação obscura e ameaçadora, devemos assumir essa realidade, não aguardando sabiamente "que ela passe", mas já preparando aqui as condições e os elos que nos permitem resistir ao avanço do biopoder e do controle.

Esta situação de crise não deve nos levar a um aumento da delegação de nossa responsabilidade. Teremos visto que os "grandes deste mundo" (esses anões morais), falando-nos de guerra, querem mais uma vez tornar-nos seus recursos humanos: "carne para canhão". Somente uma clara oposição ao mundo neoliberal das finanças e do puro lucro, apenas uma reivindicação dos corpos reais não submissos ao puro virtual do mundo algorítmico podem hoje ser nossos objetivos.

Como em qualquer situação complexa, devemos coexistir com um não-saber estrutural que não é ignorância, mas um requisito para o desenvolvimento de todo conhecimento. Portanto, não se trata de pensar no dia seguinte vivendo o presente como um simples parêntese. Nossa vida se desenrola hoje. É por isso que este pequeno manifesto é um chamado àquelas e àqueles que desejam imaginar, pensar e agir no e para o nosso presente.

Contato: www.collectifmalgretout.net

Para o «Collectif Malgré Tout» França: Miguel Benasayag, Bastien Cany, Angélique del Rey, Teodoro Cohen, Maeva Musso, Maud Rivière.

Per il «Collettivo Malgrado Tutto» Italia: Roberta Padovano e Mary Nicotra